

27 JUL 2018

FOLHA DE S. PAULO

PCC planeja roubar armas de fóruns, diz polícia

Objetivo seria equipar bandidos para guerra contra Comando Vermelho; informações foram obtidas em conversas gravadas

Rogério Pagnan

SÃO PAULO Com base em interceptações telefônicas, a Polícia Civil de São Paulo suspeita que integrantes da facção criminosa PCC estejam planejando uma série de ataques a fóruns do país em busca de armas guardadas pela Justiça.

Nas conversas monitoradas, os criminosos falam de ordem dada por chefões do crime para a realização de levantamento de fóruns em todo o território nacional que possam ter estoques de “ferramentas”, maneira como os criminosos chamam as armas.

Tal orientação, segundo o relatório da polícia obtido pela reportagem, teria partido de Presidente Venceslau (interior de São Paulo) onde está presa a cúpula da facção, incluindo Marco Camacho, o Marcola, apontado pela polícia e pela Promotoria como o principal chefe do grupo.

A orientação dada aos subalternos que eles levantem informações sobre prédio e endereço e, em seguida, enviem fotos desses locais para auxiliá-los em futuras ações. “Tais informações irão subsidiar ações da facção que visam o roubo das armas em depósitos do Poder Judiciário em todo o Brasil”, diz trecho de documento.

Como o PCC está em guerra declarada desde 2016 contra facções rivais, como o CV (Comando Vermelho), a polícia acredita que o armamento eventualmente roubado venha a ser utilizado para equipar integrantes nos estados.

Um dos principais responsáveis pela cobrança do levantamento, segundo a polícia, era Wanderson Pessoa Lima, o Confusão, que aparece em ligações com comparas de outros estados em que cobra agilidade na pesquisa.

“Expliquei pros parceros lá, bati no salvero, expliquei pros parceros que o trampo dos fóruns é determinação, o barato tem que acontece, tá ligado meu?”, diz, em conversa com um homem de Roraima.

Apesar da prisão de Wanderson, ocorrida no final do ano passado, delegados ouvidos pela Folha afirmam que o plano de ataque aos fóruns está em “andamento” e pode ocorrer a qualquer momento.

Se confirmados, acreditam os policiais, esses roubos devem ser semelhantes aos já ocorridos em São Paulo em junho do ano passado, quando criminosos levaram 566 armas dos fóruns de Guarujá e Diadema (Grande SP).

Nesses roubos, segundo o Tribunal de Justiça paulista, os criminosos demonstraram planejamento e chegaram a utilizar até dez homens em cada uma dessas ações.

Depois desses megarroubos, o TJ paulista criou medidas de segurança, entre elas, de não mais receber armas para guardar em seus prédios. Após a perícia [pela polícia], são remetidas para destruição ou para melhor equipar as forças de segurança”, diz nota do tribunal paulista.

Para os policiais, esses roubos de São Paulo não fazem parte, porém, da operação iniciada por ordem da cúpula, porque o levantamento teve início no final deste ano.

As gravações feitas pela polícia ocorreram na chamada Operação Echelon (do grego escalão) e que culminou na denúncia de 75 pessoas, não apenas do estado de SP.

A investigação teve início após apreensão, pela Secretaria da Administração Penitenciária, de bilhetes que presos tentavam se livrar pela descarga sanitária durante revistas de agentes. No meio da investigação, a polícia passou a monitorar ligações telefônicas de criminosos, incluindo alguns deles em presídios com bloqueadores de sinal.

Uma das informações que mais chamaram a atenção dos policiais foi, conforme a Folha revelou, a apreensão de celulares de pessoas suspeitas de contabilizar as mortes ordenadas pela facção.

27 JUL 2018

FOLHA DE S. PAULO

Programa de governo do PT prevê limitar STF e mudar leis de combate à corrupção

Plano a ser divulgado critica delações premiadas e defende que o Supremo seja corte constitucional, com mandato para ministros

Marina Dias

BRASÍLIA O programa de governo da candidatura do PT ao Planalto vai propor limitar a atuação do STF (Supremo Tribunal Federal), inclusive com mandato para os ministros da corte, e a revisão de leis de combate à corrupção e ao crime organizado, com críticas às delações premiadas.

Na visão do PT, a prática — um dos principais instrumentos de investigação da Lava Jato — não pode “se prestar a proteger bandidos confessos e a condenar inocentes”.

Segundo a versão mais recente do documento, à qual a Folha teve acesso, o PT quer que a competência do STF seja “limitada ao controle de constitucionalidade das leis”.

“Temos que caminhar para transformar o STF em efetiva Corte Constitucional, com competências limitadas ao controle de constitucionalidade das leis”, diz o texto.

E segue: “Em linha com a experiência internacional das democracias consolidadas, e como elemento-chave de uma República, faz-se necessário instituir tempo de mandato para os membros do STF e das Cortes Superiores de Justiça, não coincidente com a troca de governos e legislações”, completa o programa, sem detalhar o novo período.

Chancelado pelo ex-presidente Lula e coordenado pelo ex-prefeito Fernando Haddad, cotado como plano B caso Lula seja impedido de concorrer, o programa afirma ainda que, se eleito, o governo petista constituirá “comissões de alto nível” para promover a revisão de leis como a anticorrupção, antiterrorismo e das organizações criminosas.

“A prisão de manifestantes não pode ser enquadrada na Lei Antiterrorismo. De igual modo, os acordos de leniência, previstos na Lei Anticorrupção, não devem ser usados para proteger empresários corruptos em prejuízo da empresa e dos trabalhadores. As delações premiadas, previstas na Lei das Organizações Criminosas, também não podem se prestar a proteger bandidos confessos e a condenar pessoas inocentes”.

Preso há mais de três meses em Curitiba, Lula foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro — com acusações também baseadas em colaborações de outros investigados — e sofreu vezes judiciais, inclusive no STF, que negou recentemente habeas corpus em favor do petista.

De acordo com o programa, as leis são “extremamente relevantes” e permitiram que o país avançasse na repressão “de ilícitos cometidos pelos mais ricos e poderosos”. O texto de algumas delas, porém,

tem permitido, ao longo de sua aplicação, “desvirtuamento do espírito que as gerou”.

Para os petistas, a reforma do sistema de Justiça servirá para “eliminar privilégios” e “favorecer o ingresso e a ascensão nas carreiras a todos os segmentos da população”.

Neste item, há também propostas como o fim do auxílio-moradia para magistrados, a redução do período de férias de 60 para 30 dias a todas as carreiras que conservem “esse privilégio” e eleições diretas para gestores do Judiciário.

O programa do PT, que deve ser lançado nos próximos dias e ainda pode sofrer alterações, trata Lula como o candidato do partido ao Planalto.

O ex-presidente, porém, deve ser impedido de concorrer pela Justiça Eleitoral. A estratégia é manter o discurso de sua candidatura até o limite, em 15 de agosto, prazo final para o registro das chapas.

Confirmado o impedimento de Lula, o PT deve lançar outro nome para a disputa.

A sigla propõe ainda a “retomada da Embraer”, além da revogação de medidas do governo Michel Temer, como a lei do teto de gastos públicos, a reforma trabalhista, a reforma do ensino médio e o marco regulatório do pré-sal.

CONTINUA

27 JUL 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Há proposta de reforma política com financiamento público exclusivo. A reforma do Estado é tratada como garantia para “justa regulação da economia” e “prestação de serviços públicos eficientes”.

OPT afirma que o novo marco regulatório da comunicação social eletrônica será feito nos primeiros seis meses de governo, para “impedir que beneficiários das concessões públicas e controladoras das novas mídias restrinjam o pluralismo e a diversidade”.

De acordo com os petistas, é preciso “impedir monopólios e oligopólios diretos e indiretos, com limites à concentração dentro do mesmo mercado à propriedade cruzada (controle de diferente mídias) e à integração vertical (controle de diferentes atividades da mesma cadeia de valor), bem como vedar toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

Na economia, o programa propõe, entre outras medidas, ampliar a participação na definição da meta de inflação para sindicalistas e empresários, e a revisão do conjunto de regras fiscais.

Veja os principais pontos do programa

- Tempo de mandato para os ministros do Supremo
- Revisão de leis de combate à corrupção, ao crime organizado e das leis antiterrorismo
- Fim do auxílio-moradia para magistrados
- Diminuição do período de férias de 60 para 30 dias (para as categorias que se enquadram)
- Retomada da Embraer
- Revogação da reforma trabalhista
- Revisão do conjunto das regras fiscais

27 JUL 2018

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO



Fux convida Frederico

O professor londrinense Frederico Rafael Martins de Almeida foi convidado pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, para tomar parte na obra "Tratado de Direito Eleitoral". Será um trabalho acadêmico de reconhecida relevância internacional, pois será a maior coletânea já realizada sobre esse tema no mundo. O artigo do professor Frederico tem por título "A propaganda eleitoral em bens particulares – sua limitação proporcional e a liberdade de expressão". O lançamento ocorreu recentemente, durante o VI Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, que ocorreu em Curitiba. Aqui entre nós e os leitores em geral: deve ser bem interessante, pois os políticos nada pagam para utilizar emissoras de rádio e televisão, durante a campanha oficial eleitoral. Mas a população não tem o direito de se pronunciar a respeito, nem mesmo os 7 segundos que, por exemplo, tem o partido do candidato à presidência Jair Bolsonaro. O povo só tem o dever de votar. E esta Coluna une-se às felicitações ao professor Frederico. Sucesso, sempre.

27 JUL 2018

FOLHA DE LONDRINA

Alckmin quer Previdência única para celetistas e servidores

Pré-candidato do **PSDB**
acredita ser possível zerar
deficit primário em dois anos

*“Devemos evitar
congelamentos de
preços de derivados
do petróleo como
fizemos no passado”*

Nelson Bortolin
Reportagem Local

Pré-candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin defende um regime de Previdência único para iniciativa privada e servidores públicos. “Hoje, altos benefícios do funcionalismo são custeados pelo trabalhador de menor renda, com aposentadoria restrita ao teto.

Quem quiser receber mais deverá contribuir com um fundo complementar. O objetivo da reforma previdenciária é justiça social”, afirma.

Ele considera ser importante controlar o deficit público e assegurar que o regime de metas de inflação seja respeitado. “Devemos evitar congelamentos de preços de derivados do petróleo como fizemos no passado”, critica. “A prioridade é fazer o Brasil crescer, gerando emprego e melhorando a

renda dos brasileiros”, complementa.

Para isso, de acordo com o tucano, é preciso recuperar a confiança no

País, colocando as contas em ordem. “Nossa meta é zerar o deficit primário em dois anos e chegar a um superavit entre 2% e 2,5% ao final do 4º ano”, projeta.

Alckmin alega que o Brasil tem uma das mais elevadas dívidas entre os países emergentes – 77% do PIB (Produto Interno Bruto). “Temos que fazer o ajuste fiscal para manter a taxa de juros baixa, assegurar o crescimento e fazer com que a trajetória da dívida/PIB ao longo dos próximos anos leve a uma estabilização do endividamento público”, afirma.

Para o pré-candidato, o câmbio deve ser flutuante, mas com “ocasionais intervenções do Banco Central para evitar volatilidade excessiva”. “O Banco Central deve evitar controles e taxas fixas de câmbio.”

O tucano diz que o Estado “precisa ser menos empresário e focar o gasto no essencial: segurança, saúde, educação”. Além disso, tem de ser reformado para servir melhor o cidadão e o contribuinte. “Nosso programa prevê um aplicativo de avaliação de serviços prestados pelo governo a ser preenchido pelo cidadão e a introdução da meritocracia na avaliação do setor público.”

Além de Geraldo Alckmin, a FOLHA enviou perguntas sobre economia às assessorias dos pré-candidatos Alvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT), Guilherme Boulos (Psol), Jair Bolsonaro (PSL), Henrique Meirelles (PMDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Manuel D’Ávila (PcdoB) e Marina Silva (Rede).

Somente os pré-candidatos do PSDB, PMDB, Psol, e PCdoB responderam. Todas as entrevistas foram publicadas nesta semana.

27 JUL 2018

FOLHA DE LONDRINA

Richa desabafa sobre processos judiciais e nega desgaste com PP

Ex-governador desmente rumores de que esposa deixaria secretariado de Cida Borghetti

Guilherme Marconi

Reportagem Local

“Quando a gente é inocentado a repercussão não é a mesma”, disse o ex-governador Beto Richa (PSDB) em entrevista à FOLHA nesta quinta-feira (26). O tucano se referiu ao trancamento da ação penal feito a pedido do Ministério Público Federal que requereu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) na terça (24) que conceda um habeas corpus do ex-governador do Paraná.

A Procuradoria havia acusado Richa pelo emprego indevido de R\$ 100 mil recebidos do Fundo Nacional da Saúde, no período compreendido entre 14 de novembro de 2006 e 31 de dezembro de 2008, quando era prefeito de Curitiba. “A pessoa não precisa ter conhecimento jurídico para identificar isso. Uma funcionária de carreira desvia esse dinheiro para a conta dela. Qual minha obrigação? Abri investigação administrativa e ela foi demitida”.

O ex-governador também comentou sobre o “elevador jurídico” que se tornou outro processo em que é investigado por suposto favorecimento a Odebrecht em troca de dinheiro para a campanha de reeleição ao governo, em 2014. A justiça eleitoral devolveu ao juiz federal Sérgio Moro inquérito que apura se o ex-governador cometeu crimes no processo de licitação para duplicação da PR-323.

“A Lava Jato foi criada para investigar desvios da Petrobras, esta PPP (Parceria Público Privada) tem o quê com a estatal? Essa PPP nunca aconteceu. Nenhum centavo do Estado foi gasto. Até a acusação da PGR (Procuradoria Geral) também reconhece que não deve ser remetido para a 13ª vara federal. Vou falar o quê?”.

PUBLICANO

Já em tom de desabafo, o ex-governador também falou sobre o arquivamento do inquérito feito em março pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por

nulidade de provas, inquérito no âmbito da Operação Publicano, que mirou supostos pagamentos de R\$ 2 milhões em caixa dois para a campanha de Richa.

“Outra injustiça. Você sabem quanto eu sofri. E o que sobrou em um ano e meio? R\$ 5 mil de dividendos no meu comitê que ninguém sabe de onde veio?”. A Publicano foi deflagrada em 2015, contra um esquema de corrupção e sonegação de tributos que teria lesado o erário em até R\$ 500 milhões. A delação do ex-auditor Luiz Antônio de Souza, peça-chave das investigações, foi alvo de questionamento por advogados da defesa de Richa por ter sido homologada pela Justiça Federal em Londrina, e não pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

CONTINUA

27 JUL 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

FAKE NEWS

Richa desmentiu rumores de que a esposa Fernanda Richa deixaria a Secretaria de Desenvolvimento Social do governo Cida Borgetti (PP) por suposto desgaste entre ele e o deputado federal Ricardo Barros (PP), marido da governadora. “Ela (Fernanda) mesma já mandou desmentir. Não vou dizer que ela não poderá sair. Mas neste momento não tem nada disso”, garantiu.

CAMPANHA

Pré-candidato ao Senado, Richa deixou claro que estará empenhado na campanha do presidenciável tucano Geraldo Alckmin. “É incomparável o preparo de Alckmin em relação aos demais candidatos. O poder de articulação que demonstrou agora (quando conquistou apoio do ‘centrão’ – bloco político com PP, DEM, PR, PRB e Solidariedade). Vemos em um ou outro candidato que vem despontando um despreparo total que não há consistência, só palavras de efeito”, disse, ao citar discurso radical de candidatos, a exemplo o deputado Jair Bolsonaro (PSL).

JORNAL DO ÔNIBUS 27 JUL 2018

MP vai apurar fraudes em obras do Colégio Estadual

Aditivo de R\$ 168 mil está na mira dos procuradores do Ministério Público

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) instaurou um inquérito civil para apurar se houve fraudes na execução de obras no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. A investigação é um desdobramento da Quadro Negro, operação deflagrada em 2015 que investiga desvios de R\$ 20 milhões que deveriam ter sido usados na construção e na reforma de escolas no Paraná.

O inquérito civil foi aberto em 9 de julho, por promotores do Grupo Especializado ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (Gepatria). Eles argumentam que o relatório de vistoria da obra indica irregularidade no aditivo realizado. O MP-PR também cita "as reiteradas fraudes já verificadas em outros contatos a cargo da SUDE (Superintendência de Desenvolvimento Educacional)".

O contrato investigado pelo Ministério Público, com valor de R\$ 244 mil, foi firmado em 2013, entre a empresa Aghora Ltda e a Secretaria de Estado da Educação (Seed), para reparos no prédio do colégio. O aditivo foi no valor de R\$ 168 mil, em 2014. Em nota, a Seed disse que "foi a primeira a investigar os indícios de disparidades em medições de obras de escolas" ■

27 JUL 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

TSE será inflexível com fichas-sujas, diz Fux



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luiz Fux, disse ontem que o tribunal será inflexível com candidatos ficha-suja que pretendem disputar as eleições de outubro. Segundo o ministro, quem estiver inelegível pela Lei da Ficha Limpa “está fora do jogo democrático”. “Com rela-

ção à Lei da Ficha Limpa, o tribunal demonstrou e demonstrará ser inflexível com aqueles que são considerados fichas-sujas, ou seja, aqueles que já incidiram nas hipóteses de inelegibilidade. O Tribunal Superior Eleitoral sintetiza sua atuação em um binômio: não à mentira e ficha-suja está fora do jogo democrático”, afirmou Fux. ♣

SEM OUTDOOR

O juiz Douglas Marcel Peres, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), determinou, no último dia 20 de julho, que o diretório estadual do PSL retire de sua sede em Curitiba um outdoor com imagens dos deputados federais Jair Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República, e Fernando Francischini, pré-candidato ao Senado, e do deputado estadual Felipe Francischini, pré-candidato à reeleição. A placa continha a expressão “A nação precisa de gente direita”. A ação foi movida por Michel Oliveira do Prado. O partido deve recorrer.

27 JUL 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Dersa move ação contra ex-diretor por desvio no Rodoanel

Ministério Público aponta desvio de R\$ 374,9 mil na estatal paulista durante as obras do trecho sul do anel viário, em 2010

Fabio Leite

Pressionada pelo Ministério Público de São Paulo, a Dersa moveu uma ação de improbidade administrativa na Justiça paulista na qual pede a condenação de seu ex-diretor Paulo Vieira de Souza pelo suposto desvio de R\$ 374,9 mil no programa de reassentamento de famílias nas obras do trecho sul do Rodoanel, concluído em 2010. O esquema foi denunciado por um ex-funcionário à Promotoria e confirmado por uma auditoria interna da estatal em 2015.

O valor corresponde às seis moradias e aos auxílios-mudança que foram concedidos indevidamente a pessoas ligadas ao suposto operador do PSDB paulista. São duas babás, duas empregadas domésticas, a filha de uma delas e uma secretária que trabalhavam na casa do engenheiro, das filhas dele e na empresa de seu genro. Todos negam as acusações.

Também são alvos da ação os ex-funcionários da Dersa José Geraldo Casas Vilela e Mércia Ferreira Gomes, que teriam feito a inclusão indevida das seis beneficiárias. Na ação, a estatal responsável pelas obras viárias do Estado também pede o ressarcimento integral do dano causado pelo trio, multa e a concessão de uma liminar para bloquear os bens dos acusados e as moradias entregues. O juiz José Gomes Jardim Neto, da 9.ª Vara de Fazenda Pública, ainda não decidiu a respeito do caso.

O processo foi distribuído pela Dersa no dia 20 deste mês, uma semana após o MP paulista ter encaminhado à estatal um ofício cobrando a ação de ressar-

• Denúncia

R\$ 7,7 mi

é o valor total que teria sido desviado pelo ex-diretor da Dersa e por outros quatro réus nas obras do Rodoanel Sul e da Avenida Jacu-Pêssego, segundo denúncia do MPF

cimento sob pena de a empresa ser enquadrada como corresponsável em uma eventual ação de improbidade movida pela Promotoria. Em nota, a Dersa afirmou ao **Estado** que o seu departamento jurídico já havia determinado o ingresso da ação em abril, mas que, em maio, a nova diretoria da companhia solicitou algumas adequações na petição inicial.

O caso do reassentamento do Rodoanel Sul faz parte de um suposto esquema ainda maior que levou o Ministério Público Federal (MPF) a denunciar criminalmente Paulo Vieira e outras quatro pessoas, entre elas Vilela, Mércia e uma filha do engenheiro, por peculato, inserção de dados falsos em documento público e formação de quadrilha. Segundo a denúncia, também baseada em relatório de auditoria da Dersa e na delação premiada feita por Mércia, as fraudes também ocorreram no programa de reassentamento de famílias nas obras de extensão da Avenida Jacu-Pêssego, na capital paulista, entre 2009 e 2010. Ao todo, o prejuízo calculado foi de R\$ 7,7 milhões.

Em abril, Paulo Vieira foi preso pela Polícia Federal acusado de ameaçar Mércia, o que ele nega. Ficou detido 35 dias e foi solto por decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Em maio, o engenheiro foi preso novamente, desta vez junto com a filha, a pedido dos procuradores. Na decisão, a juíza disse que a medida era necessária para garantir a instrução processual.

No mesmo dia, Gilmar suspendeu novamente a prisão.

Defesas. Procurada, a defesa do engenheiro disse que não comentaria o caso porque ainda não foi notificada da ação movida pela Dersa. O advogado de Vilela, Fernando Araneo, afirmou que seu cliente “não cometeu nenhum ato ilegal, nunca se beneficiou de cadastro irregular, nem tem qualquer parentela na lista de reassentados”. A defesa de Mércia não foi localizada.

27 JUL 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Corte envia ao STF lista de contas irregulares

O presidente Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, entregou ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luiz Fux, lista com 7,4 mil nomes de gestores públicos que tiveram suas contas julgadas irregulares. O TCU também divulgou em seu site um balanço de políticos com contas reprovadas por região, processo, função, nome da pessoa, função e ano.

TRF-4 bloqueia bens de pré-candidato do PDT

O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4), em Porto Alegre, bloqueou os bens o ex-prefeito de Canoas (RS) Jairo Jorge, confirmado ontem pré-candidato do PDT ao governo gaúcho. A decisão é referente a um processo de improbidade administrativa por supostas irregularidades na contratação de serviços para a saúde de Canoas, durante sua gestão (2009-2016). Em nota, Jairo chamou a decisão de “precária”. “Acredito que essa decisão liminar será revertida pelo Poder Judiciário”, disse.

SÔNIA RACY

Surpresa, não

A disposição de Bolsonaro de, se eleito, aumentar o número de ministros do STF será discutida na conversa que ele terá na segunda-feira com Janaina Paschoal.

“Não posso entrar em um governo e, depois, ser surpreendida por uma medida dessa natureza”, disse ela à coluna.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

27 JUL 2018

Diretório nacional de partido não responde por dívida municipal

Nancy Andrighi afirmou que a Lei dos Partidos Políticos não determina a responsabilidade solidária entre os diretórios e foi seguida por todos os membros da 3ª Turma

Não há responsabilidade solidária entre os diretórios nacionais e municipais de partidos políticos. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento a recurso para retirar o diretório nacional do PT do polo passivo de uma demanda ajuizada contra o diretório da sigla em Porto Alegre.

O recurso discute a cobrança de uma dívida por uma gráfica que prestou serviço para o partido. Como não recebeu os valores do diretório local, pediu à Justiça que incluísse o diretório nacional no pólo passivo da ação de cobrança.

Mas, segundo a ministra afirmou que, embora os partidos brasileiros sejam obrigados a ter representação nacional para se registrar, não existe lei que trate da solidariedade entre os diretórios locais e nacionais. Pelo contrário, disse a ministra, a Lei dos Partidos Políticos, no artigo 15-A, afasta expressamente a solidariedade entre as esferas partidárias.

Em sua decisão, Nancy lembrou que a Constituição Federal, no artigo 17, prevê a coerência e a consistência ideológica dos partidos. Mas isso também não possibilita, segundo entendeu a ministra, a responsabilização solidária dos diretórios nacionais a respeito das dívidas contraídas pelos grupos municipais.

“Mencionada previsão constitucional não tem, contudo, o condão de reconhecer a solidariedade entre as esferas partidárias. A amparar tal conclusão, verifica-se que a própria Lei dos Partidos Políticos afasta a mencionada solidariedade”, ressaltou a relatora acompanhada por unanimidade pelos demais membros do colegiado.

A ministra também citou trechos do Código de Processo Civil sobre o bloqueio de bens. “A legislação processual civil, no capítulo que trata sobre a constrição de bens, traz também a previsão de que, quando se tratar de execução contra partido político, o juiz, a requerimento do exequente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, informações sobre a existência de ativos tão somente em nome do órgão partidário que tenha contraído a dívida executada ou que tenha dado causa a violação de direito ou ao dano, ao qual cabe exclusivamente a responsabilidade pelos atos praticados.”

27 JUL 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BEBEL RITZMANN

Termo de Cooperação

A Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE), a Associação Paranaense dos Juizes Federais (APAJUFE), a Associação dos Magistrados do Trabalho da IX Região (AMATRA IX), a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) e a Associação Paranaense do Ministério Público (APMP) firmaram um Termo de Cooperação com objetivo de viabilizar a realização de convênios de descontos em benefício de seus respectivos associados. O Termo foi assinado no dia 19 de julho, na sede da CAA/PR em Curitiba.

27 JUL 2018

BEMPARANÁ

Outdoor

O juiz Douglas Marcel Peres, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), determinou, no último dia 20 de julho, que o diretório estadual do PSL retire de sua sede em Curitiba um outdoor com imagens dos deputados federais Jair Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República, e Fernando Francischini, pré-candidato ao Senado, e do deputado estadual Felipe Francischini, pré-candidato à reeleição. A placa continha a expressão "A nação precisa de gente direita". A ação foi movida por Michel Oliveira do Prado. O partido deve recorrer.

Quadro Negro

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) condenou quatro pessoas e uma empresa a devolver mais de R\$ 3 milhões desviados da obra de construção do Centro Estadual de Educação Profissional (Ceep) em Campo Largo (região metropolitana de Curitiba). A condenação é parte das auditorias que estão sendo realizadas pelo TCE, em decorrência da operação Quadro Negro, que investiga desvio de recursos para a construção e reforma de escolas no Estado.

Condenados

Foram condenados o ex-diretor de Engenharia e Projetos da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude), Maurício Fanini; Ângelo Menezes, engenheiro civil responsável pela obra; a empresa Machado Valente Engenharia e seu representante, Jairo Machado Valente dos Santos; e José Marcelino de Souza, fiscal do contrato. Eles foram condenados à devolução solidária dos R\$ 2.994.591,65 pagos pelas obras não executadas. Evandro Machado, engenheiro civil e coordenador de Fiscalização da Sude, foi responsabilizado, solidariamente, pela devolução de R\$ 2.397.411,22.

Medições

Segundo o TCE, a empresa Machado Valente Engenharia foi contratada pela Secretaria Estadual da Educação (Seed) para executar a obra do Ceep de Campo Largo, pelo valor inicial de R\$ 7.015.848,66. A Seed pagou R\$ 4.741.428,10 pela execução da obra. No entanto, de acordo com as medições realizadas, foram executados serviços correspondentes a somente R\$ 1.746.836,45. Foram pagos R\$ 2.994.591,65 além do valor devido à construtora.

26 JUL 2018

TRIBUNA DO PARANÁ

SONHO REAL

Depois de quase 20 anos, ocupantes viram donos através do dispositivo do usucapião coletivo

Maria Luiza Piccoli
mariav@tribunadoparana.com.br

“**Q**uem te viu, quem te vê”. É o ditado que vem à cabeça quando se passa em frente à Sociedade Barracão, localizada na Rua O Brasil para Cristo, no bairro Boqueirão, em Curitiba. Formada por catadores de papel da região, a invasão, que antes era dominada pela lama e pelas pilhas de lixo, começa, aos poucos, a ganhar uma cara nova. Com eletricidade, água encanada, pavimentação e loteamento, o conjunto de 12 casas ganhou as manchetes de informativos imobiliários, arquitetônicos e jurídicos de todo o país depois que uma decisão emitida pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), em 2013, reconheceu o direito de propriedade para as 30 famílias que ocupavam a área desde 1999. Para tanto, o mecanismo judicial utilizado de maneira inédita até então, foi o “usucapião coletivo” - que transformou “ocupantes” em “donos”, depois de quase 20 anos.

O tempo passa, porém o maior sonho do brasileiro permanece o mesmo por gerações. É o que confirmou uma pesquisa realizada no

Brasil em 2016, pela empresa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), por meio do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O estudo confirmou que, entre os três maiores sonhos da população nacional, o da casa própria ainda ocupa uma das primeiras posições - perdendo apenas para o sonho de “viajar pelo país”. Segundo a pesquisa, 47% dos brasileiros enxergam no “lar para chamar de seu”, o maior objetivo a ser alcançado na vida.

Enquanto muitos conseguem chegar lá pelo caminho tradicional (compra e venda), outros tantos que não têm condições financeiras de adquirir a casa própria, acabam recorrendo à irregularidade e, conseqüentemente, entrando para o triste ranking do chamado “Déficit Habitacional” - que nada mais é que o número de lares em situação irregular (e muitas vezes perigosa) no município. Dados levantados em 2015 pela Fundação João Pinheiro - ligada ao IBGE - apontaram que, em Curitiba, 69.754 residências eram estabelecidas nessas condições em diversas regiões da cidade. Em casos assim, duas

saídas costumam ser a mais procuradas pelos moradores que buscam moradia regular. A primeira é recorrer aos programas habitacionais do governo e a outra, que exige mais paciência é o usucapião: ferramenta judicial cujo nome até pode soar estranho mas que, no âmbito civil, surte um dos efeitos mais importantes e fundamentais: o direito à propriedade.